

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 18: Elites e instituições políticas

Título: Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para Deputado Federal em 2006

Autores: Renato Monseff Perissinotto¹ e Angel Miríade²

When we say that the voters “choose” their representative, we are using a language that is very inexact. The truth is that the representative has himself elected by the voters... If his vote is to have any efficacy at all ... each voter is forced to limit his choice to a very narrow field, in other words to a choice among the two or three persons who have some chance of succeeding; and the only ones who have any chance of succeeding are those whose candidacies are championed by groups, by committees, by organized minorities (Gaetano Mosca, *The Ruling Class*, p. 154).

Este artigo parte do pressuposto de que as elites políticas contam. Se, por um lado, aceitamos que o contexto institucional é importante para explicar os *outputs* de um determinado sistema político, por outro, pensamos ser plausível supor que a natureza dos atores politicamente estratégicos que “manejam” as instituições também deve ser levada em consideração³. Partindo-se desse pressuposto, um estudo sobre o processo de *recrutamento* das elites políticas poderia contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento da poliarquia brasileira⁴.

Mas o que seria um estudo sobre recrutamento? Em geral, no Brasil, as pesquisas que se identificam como estudos de recrutamento são, na verdade, análises do perfil sócio-econômico e profissional dos que “chegaram lá”, isto é, dos ocupantes dos postos mais importantes do sistema político brasileiro⁵.

Estudos de “recrutamento político”, no entanto, precisam analisar todos os *filtros*⁶ que configuram o processo seletivo de uma elite política. Nesse sentido, não é suficiente apresentar um perfil dos vitoriosos e, a partir de suas características, produzir inferências sobre quais grupos sociais são prejudicados ou privilegiados no longo caminho até as posições de elite. Ao traçar o perfil da elite política brasileira podemos, por exemplo, constatar a baixa presença de mulheres nesse grupo. No entanto, isso, por si só, não nos autoriza a dizer que as mulheres foram *excluídas* do grupo, pois elas simplesmente podem não se candidatar a essas posições⁷. Por essa razão, um verdadeiro estudo de recrutamento deve dar conta não apenas das características dos eleitos, mas também das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tal, comparando-as com os atributos da população em geral. Somente assim é que poderemos acompanhar, passo a passo, o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite e somente assim poderemos ver quais grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais grupos

sociais buscam a carreira política, mas são dela alijados, e quais se encontram sobre-representados na elite política (Norris, 1997, em especial cap. 9).

A literatura internacional sobre recrutamento das elites políticas nas democracias tem sugerido que a análise deve começar pelo estudo do processo seletivo dentro dos partidos políticos, já que essas seriam as principais instituições por meio das quais teria início o processo de recrutamento. Nos partidos ocorreria a “filtragem” por meio da qual o amplo universo de “selecionáveis” seria reduzido, pelos “seletores” partidários, a um universo bem menor de aspirantes e candidatos⁸. Essas instituições seriam, assim, os principais “canais” ou as principais “avenidas” de acesso às posições de elite (Putnam, 1976 e Giddens, 1974). No Brasil, este tipo de estudo se faz ainda mais premente, já que aqui, como se sabe, estar filiado a um partido é condição *sine qua non* para candidatar-se a um cargo eletivo. Saber quem são e como operam as *minorias organizadas* que controlam o processo seletivo dentro dos partidos parece-nos fundamental para identificar a natureza do leque de opções colocado à disposição do eleitorado e, por conseguinte, o tipo de elite política que finalmente será “escolhida” pelo eleitor para operar o sistema político (Siavelis e Morgenster, 2004). No entanto, há pouquíssimos estudos sobre o recrutamento político dentro dos partidos brasileiros e os existentes são ainda muito preliminares⁹.

Este artigo pretende ser uma pequena contribuição para o estudo do processo de recrutamento nos partidos políticos. Com ele, pretendemos atingir dois objetivos. Primeiramente, analisar dois filtros do processo seletivo das elites políticas por meio da comparação, inicialmente, entre o perfil dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2006 e o da população brasileira economicamente ativa e, em seguida, comparando-se o perfil dos candidatos com o dos que foram efetivamente eleitos. Este perfil será formado a partir das seguintes variáveis: idade, sexo, ocupação, escolaridade, patrimônio e gasto com a campanha eleitoral. Em segundo lugar, pretendemos ver se é possível encontrar diferenças e semelhanças entre os partidos políticos de direita, de centro e de esquerda no que diz respeito às características dos candidatos e eleitos.

O nosso estudo é de natureza quantitativa¹⁰ e, por essa razão, sofre das limitações inerentes a esse tipo de abordagem. Primeiramente, é preciso chamar a atenção para a qualidade das informações fornecidas pelos candidatos e a impossibilidade de checá-las adequadamente¹¹. Em segundo lugar, o tipo de análise que fazemos neste artigo pouco ou quase nada revela sobre os processos que caracterizam “os jardins secretos da política

partidária”, já que, para tanto, métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade com os envolvidos no processo de seleção de candidatos, seriam necessários e mais adequados (Gallagher e Marsh, 1988, p. 7). A análise quantitativa por si só não permite desvendar a natureza e o funcionamento dos procedimentos internos aos partidos e os seus efeitos sobre o perfil dos aspirantes, candidatos e eleitos. Por exemplo, o fato de o curso superior ser um atributo que caracteriza mais os candidatos que os aspirantes e mais os eleitos que os candidatos não quer dizer, por si mesmo, que os seletores partidários busquem conscientemente pessoas com alto nível de escolaridade. Esse fato pode indicar apenas que pessoas com melhor formação escolar, pelas habilidades que dominam, se sentem mais capazes para seguir uma carreira política (Gallagher e Marsh, 1988, p. 256). Nesse sentido, os dados que apresentamos para caracterizar o universo dos candidatos e dos eleitos nos diferentes partidos não autorizam qualquer afirmação peremptória sobre a natureza do processo seletivo no interior dessas instituições. O que eles sugerem, na verdade, é uma questão de pesquisa, qual seja, saber se tais características estão de alguma maneira vinculadas ao funcionamento do processo de recrutamento realizado pelos partidos e aos valores dos seletores partidários, questão esta que, como dissemos, só poderia ser respondida lançando-se mão de outros métodos de pesquisa. Além disso, dada a escassez ou simples inexistência de informações sobre outros períodos, os dados aqui apresentados não são longitudinais, o que impossibilita a generalização de nossos achados para outros períodos da história brasileira recente. Ainda assim, neste artigo trabalhamos com problemas de pesquisa que talvez possam inspirar outras análises com objetivos semelhantes e, dessa forma, contribuir para o avanço dos estudos de recrutamento – no sentido amplo – da elite política na poliarquia brasileira.

O primeiro filtro: a população economicamente ativa e os candidatos

Vejamos inicialmente as principais características do conjunto de candidatos que, em 2006, aspiravam a uma vaga na Câmara dos Deputados e se tais características refletem ou não aquelas encontradas na população economicamente ativa no Brasil. Para tanto, utilizaremos apenas as seguintes variáveis passíveis de serem comparadas com a população brasileira economicamente ativa, de acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2006: sexo, idade e escolaridade.

Tabela 1

Idade, sexo e escolaridade dos candidatos a deputado federal e da População Economicamente Ativa do Brasil em 2006

VARIÁVEIS	CANDIDATOS (%)*	PEA BRASIL 2006 (%)**
Idade		
20-29 anos	4,1	26,1
30-39 anos	17,0	24,3
40-49 anos	36,1	20,8
50-59 anos	28,9	12,7
Acima de 60 anos	13,8	6,6
Sexo		
Homem	87,4	56,3
Mulher	12,6	43,7
Escolaridade		
Lê e escreve	0,2	8,7
Ensino Fundamental	10,3	37,0
Ensino Médio	25,3	16,6
Ensino Superior	64,2	37,6

FONTE: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP-UFPR), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

* Nos dados relativos à escolaridade, apenas um candidato não forneceu informação.

** Os dados da População Economicamente Ativa do Brasil foram retirados da PNAD de 2006, cujos resultados podem ser acessados no sítio do IBGE. Algumas observações são importantes. Primeiro, em relação à idade, os percentuais não somam 100% porque foram excluídos os de 10 a 14 anos e os de idade ignorada. Já com relação à educação, agregações feitas pela PNAD, ao menos no documento por nós consultado, não permitiram diferenciar algumas faixas de escolaridade em relação à população economicamente ativa. Os 8,7% do primeiro nível de escolaridade na coluna da PEA indicam pessoas “sem instrução ou com menos de um ano” e não, como no nosso caso, pessoas que lêem e escrevem. Por fim, vale observar que a população economicamente ativa é formada, segundo os critérios do IBGE, por pessoas acima de dez anos de idade. Por essa razão, o percentual relativo aos que possuem ensino superior seria maior se levasse em consideração apenas o número de pessoas com idade suficiente para cursar uma faculdade.

O que se percebe é que o universo de candidatos, ao menos no que diz respeito à idade, sexo e escolaridade, já é o resultado de um profundo processo seletivo em relação

à população economicamente ativa (PEA). No tocante à idade, os candidatos são significativamente mais velhos que a PEA. Enquanto os mais jovens representam apenas 4,1% dos candidatos a deputado federal em 2006¹², essa mesma faixa de idade atinge 26,1% entre os membros da PEA. Entre os candidatos, a maioria se encontra na faixa de idade que vai dos 40 aos 49 anos, sendo que na PEA apenas 20,8% ocupam essa mesma faixa. Por fim, entre os candidatos, 13,8% estão na faixa acima de 60 anos, mais do que o dobro, portanto, do percentual encontrado na população economicamente ativa.

A diferença entre os membros da PEA e os candidatos é também muito grande no que diz respeito à escolaridade. Fiquemos apenas com os dois extremos da tabela, ainda que eles não utilizem exatamente os mesmos critérios nas duas bases de dados (ver nota da tabela). A presença daqueles que têm instrução muito baixa é muito maior na população economicamente ativa do que entre os candidatos. A situação inverte-se quando analisamos os portadores de um diploma superior. Na verdade, repete-se aqui um achado universal para as elites políticas em geral: quase sempre a educação aparece como um atributo fundamental para se ter acesso às posições de elite nos mais diversos sistemas políticos (Putnam, 1976). Os nossos dados são interessantes apenas para mostrar que a educação superior constitui-se num importante atributo mesmo antes da entrada na elite política, isto é, já é um requisito importante para se fazer parte do universo dos candidatos.

A tabela 1 mostra ainda a enorme diferença entre homens e mulheres no universo de candidatos a deputado federal em 2006. Ainda que o número de candidatas tenha aumentado (em 1998 era 6,5% e, em 2002, 10,5%), a presença das mulheres que aspiram a uma vaga na Câmara dos Deputados é muito menor do que o seu peso na PEA (12,6% contra 43,7%). Mesmo entre os filiados a partidos políticos o número de mulheres é bastante alto. Segundo Álvares, “os 27 partidos que concorreram às eleições de 2002 apresentaram um total de 11.101.881 filiados, sendo destes 43,5% de mulheres e 56,2% de homens” (Álvares, 2006, p. 29). Ou seja, enquanto no universo de filiados as mulheres estão proporcionalmente representadas (se comparada à sua presença na PEA), no universo de candidatos elas são claramente um grupo excluído.

No entanto, mesmo que o percentual de mulheres eleitas fosse idêntico ao percentual de candidatas (e, como veremos, ele é, para o nosso caso, ainda menor), cabe perguntar por que tão poucas mulheres se apresentam como postulantes ao posto de deputado federal. Os estudos recentes sobre este problema dizem que a resposta a essa

questão deve ser procurada fora do mundo da política institucional ou, mais precisamente, na divisão social do trabalho que caracteriza as sociedades atuais. De fato, não há qualquer limitação legal à participação feminina na política. Muito pelo contrário, há incentivos institucionais explícitos (no Brasil e no resto do mundo) para que as mulheres tenham maior peso na vida política, ainda que tais incentivos nem sempre sejam implementados, em especial no Brasil (Araújo, 2001; Hunt, 2001). No entanto, os resultados situam-se sempre aquém do esperado. O problema é que as mulheres carecem de um recurso político fundamental, qual seja, *tempo* para dedicar-se às tarefas partidárias. Submetidas à dupla jornada de trabalho (no mercado e na vida doméstica), elas simplesmente não podem se dedicar a atividade política. Portanto, o filtro que seleciona (e exclui) as mulheres da vida política não operaria apenas no interior dos partidos, já que o percentual de candidatas tem se aproximado, em vários lugares, do percentual de eleitas. Ou por outra: o problema da baixa presença das mulheres na elite política explica-se em grande parte pelo *lado da oferta* (i.e., as dificuldades que elas têm de se apresentarem como candidatas) e não apenas pelo *lado da demanda* (preconceitos sexistas da parte dos seletores intrapartidários) (Norris, 1997, p. 1-14 e 228-230).

No que diz respeito à ocupação dos candidatos, encontramos cinco profissões que concentram o maior número de indivíduos. Em primeiro lugar, a maior parte dos candidatos se encontra entre os que se declararam políticos profissionais, com 10,7% do total; em segundo lugar, estão os advogados, com 10,1%; em terceiro, com 8,5%, os funcionários públicos; em seguida, surpreendentemente, os trabalhadores assalariados urbanos, com 8,2% e, em quinto lugar, os empresários, com 7,7%¹³. Somente essas cinco profissões são responsáveis, portanto, por 45,2% dos candidatos, sendo que os outros 55% se dividem por uma infinidade de outras categorias profissionais.

Como já dissemos, o que surpreende nesse caso é o peso significativo dos trabalhadores assalariados urbanos no universo dos candidatos. A presença de políticos profissionais, de advogados e de funcionários públicos repete um fenômeno quase universal entre as elites políticas democráticas. Os indivíduos que se dedicam a essas profissões são os que possuem em mais alto grau os atributos necessários para investirem nas atividades políticas: habilidades de oratória e escrita e, acima de tudo, tempo (Dogán, 1999, p. 174 e ss.; Guttsman, 1965, p. 27; Offerlé, 1999).

Por fim, podemos caracterizar os candidatos por meio de dois outros atributos: os gastos de campanha¹⁴ e o patrimônio¹⁵. Os dados aqui são aparentemente contraditórios, como se percebe pela tabela 2

Tabela 2

Gastos em campanha e patrimônio dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2006

GASTOS	%*	PATRIMÔNIO	%
Nenhum	0,1	Nenhum	31,3
Baixíssimo	0,7	Baixíssimo	4,2
Baixo	6,2	Baixo	22,3
Médio baixo	3,1	Médio baixo	11,0
Médio	20,5	Médio	14,0
Médio alto	28,4	Médio alto	7,9
Alto	41,0	Alto	8,4
Muito alto	0,0	Muito alto	0,4
Altíssimo	0,0	Altíssimo	0,2
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

FONTE: NUSP-UFPR e TSE.

* Os percentuais dos gastos excluem dois candidatos cujas informações referentes a essa variável não foram divulgadas.

De acordo com as informações do sítio do TSE, a maioria (31,3%) dos candidatos identificou-se como não tendo nenhum patrimônio e apenas 8,4% disseram possuir um alto patrimônio. A situação inverte-se quando analisamos os gastos de campanha. Nesse caso, apenas 0,1% disse não ter feito qualquer gasto em campanhas eleitorais, ao passo que 41% disseram ter tido um alto dispêndio para financiar as suas campanhas a deputado federal. A disparidade entre patrimônio (encontrando-se a maioria entre nenhum e baixo) e gastos da campanha (situando-se maioria entre médio-alto e alto)¹⁶ sugere que muitos dos candidatos tiveram a sua campanha financiada não apenas pelo próprio patrimônio, mas também pelos partidos políticos e/ou por empresas e demais organizações privadas¹⁷.

Resumindo, o universo dos candidatos é formado majoritariamente por homens, entre 40 e 49 anos, com alta escolaridade, que exercem a ocupação de político, advogado, funcionário público, trabalhador assalariado urbano e empresário, sem ou com pouco patrimônio, mas, ao mesmo tempo, capazes de financiar suas campanhas eleitorais.

O segundo filtro: os candidatos e os eleitos

Comparemos agora, valendo-nos das mesmas variáveis analisadas no item anterior, as características dos candidatos com as dos que foram eleitos. Trata-se de saber se o processo eleitoral produz algum tipo de viés no que diz respeito à representação de determinados grupos no universo dos eleitos. Poder-se-ia observar que o único filtro existente nesse momento é o filtro eleitoral ou a “vontade do eleitor”. No entanto, isso implicaria não dar a devida importância à citação de Mosca que encima este artigo. É sabido que a força de um candidato depende, em grande parte, do apoio das “minorias organizadas” que controlam os partidos políticos. Nesse sentido, o momento da eleição pode ser, sim, também considerado como um filtro que opera a favor de uns e em detrimento de outros em função das relações de força dentro dos partidos¹⁸. Vejamos os dados da tabela 3.

Tabela 3

Idade, sexo e escolaridade dos que se candidataram a deputado federal e dos eleitos em 2006

VARIÁVEIS	CANDIDATOS (%)*	ELEITOS (%)
Idade		
20-29 anos	4,1	3,1
30-39 anos	17,0	9,6
40-49 anos	36,1	31,2
50-59 anos	28,9	33,3
Acima de 60 anos	13,8	22,8
Sexo		
Homem	87,4	91,2
Mulher	12,6	8,8
Escolaridade		
Lê e escreve	0,2	0,2
Fundamental incompleto	3,4	1,0
Fundamental completo	6,9	1,4
Médio incompleto	3,3	0,6
Médio completo	22,0	9,0
Superior incompleto	11,3	7,4
Superior completo	52,9	80,5

FONTE: NUSP-UFPR e TSE

*** Foi desconsiderado, nos percentuais de escolaridade dos candidatos, o valor referente a um indivíduo cujas informações sobre esta variável não foram divulgadas.**

Os dados da tabela 3 mostram, sobretudo, o peso da escolaridade como elemento de diferenciação entre os candidatos e os que foram eleitos para a Câmara dos Deputados em 2006. A diferença no nível de escolaridade entre os integrantes dos dois universos é gritante, repetindo-se, portanto, a situação do primeiro filtro. Confirma-se, assim, também para esse caso, os achados produzidos pela esmagadora maioria dos estudos sobre elites políticas, qual seja, de que a educação superior constitui-se numa das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais.

Com relação ao sexo de candidatos e eleitos, alguns estudos têm mostrado que, em geral, o percentual de mulheres eleitas reproduz o percentual de candidatas. Esse não parece ser exatamente o caso apresentado pelos nossos dados, já que houve uma redução de quatro pontos percentuais entre os dois universos¹⁹. De qualquer forma, a diferença está longe de se equiparar àquela encontrada entre a presença das mulheres na PEA e no universo de filiados, de um lado, e a presença de mulheres no universo de candidatos, por outro. Esses dados, portanto, reforçam a tese de que a exclusão das mulheres da vida política não ocorre apenas no interior dos partidos, mas também, e principalmente, fora deles.

Por fim, no que diz respeito às faixas de idade, tanto entre os candidatos como entre os eleitos predominam os indivíduos que se situam na faixa acima dos 40 anos. No entanto, vale observar que o universo dos eleitos apresenta mais pessoas nas faixas de idade mais altas e o universo dos candidatos, mais pessoas nas faixas de idade mais baixas. Os candidatos contam com 21,1% dos seus membros nas faixas abaixo de 40 anos e 42,7% nas faixas acima de 50 anos. A situação se inverte entre os eleitos, que contam com apenas 12,7% de indivíduos situados nas faixas abaixo de 40 anos e 56,1% nas faixas acima dos 50 anos²⁰.

Esses dados sugerem, portanto, ao menos para o caso em questão, que ter um curso superior é fundamental para saltar de candidato a eleito e que ser homem, com

idade acima dos 50 anos, representam atributos que facilitariam o caminho para se chegar ao cargo de deputado federal.

No entanto, um dos mais interessantes resultados quando comparamos os dois universos diz respeito à variável ocupação, como se pode perceber pela tabela 4 a seguir.

Tabela 4

Profissão dos candidatos e eleitos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2006 (%)

Ocupação	Candidatos (%)*	Eleitos (%)**
Advogado	10,1	8,8
Assalariado Urbano	8,2	1,8
Comerciante	5,9	1,6
Empresário	7,7	6,2
Engenheiro	2,1	4,7
Funcionário Público	8,5	2,1
Médico	4,4	8,0
Político	10,7	46,8

FONTE: NUSP-UFPR e TSE

* N = 4937

** N = 513

Se fizermos uma distinção simples entre grupos representados (i.e., cujo percentual no universo de eleitos é próximo do percentual no universo de candidatos), sub-representados e sobre-representados, podemos perceber que os funcionários públicos, os assalariados urbanos e os comerciantes são grupos sub-representados. Esses dados reforçam os achados de vários estudos sobre elites políticas. Por exemplo, em geral, esses estudos mostram que quase não há trabalhadores manuais nas elites políticas das democracias ocidentais. Quando um partido da classe operária surge e se consolida, há uma forte tendência inicial para que essa categoria se faça mais presente na elite política. Porém, com o passar do tempo, mesmo esses partidos acabam sendo dominados pelas classes médias profissionalizadas²¹.

No entanto, a tabela 4 revela um dado que contraria outro achado recorrente desses mesmos estudos, qual seja, a presença quase certa de funcionários públicos em alguns parlamentos ocidentais (Offerlé, 1999; Guttsman, 1965; Cayrol e Perrinau, 1982; Daalder e van Berg, 1982). Os funcionários públicos, pela intimidade com as questões do Estado, pelo nível razoavelmente alto de escolaridade, pela possibilidade de, em caso de

derrota, terem a garantia de um emprego fixo e, por fim, pelo tempo livre de que dispõem para se dedicarem à atividade política, são, em geral, presença garantida nos parlamentos. No caso em análise, eles são um dos mais importantes contingentes no universo dos candidatos, mas, ao menos para essa eleição, não foram bem sucedidos na sua tentativa de entrarem no universo dos eleitos.

Entre os grupos representados estão os advogados e os empresários. Ainda que tenha ocorrido uma pequena diminuição no percentual dessas categorias ocupacionais, ela não foi tão grande a ponto de classificá-los entre os excluídos. Quanto a essas categorias, não há novidades. Advogados e empresários (mais os primeiros do que os segundos) são grupos ocupacionais encontrados com alguma frequência nos parlamentos do mundo (Offerlé, 1999; Dogan, 1999; Guttsman, 1965; Fernández, 1970; Rodrigues, 2002).

Os dados mais interessantes referem-se aos que são francamente sobre-representados: os médicos, os engenheiros e, acima de todos, os políticos. O percentual de médicos quase dobra e o de engenheiros, mais do que dobra. Com relação aos engenheiros, Santos (2003, p. 118-122) sugere que a maior presença desses profissionais na elite política nacional vem ocorrendo desde o golpe de 1964, quando o recrutamento político foi influenciado pelo viés tecnocrático dos governos militares. As eleições de 2006 sugerem que esse processo não foi revertido²².

No entanto, nenhum deles tem presença tão expressiva no grupo dos eleitos como os próprios políticos. Isso sugere que o mais importante atributo para se passar da condição de candidato à condição de eleito consiste em já ser ou já ter sido político. Assim, quando analisamos os dois universos acima a partir da variável “ocupação”, percebemos que aqui a inclusão teria a ver com a inserção prévia do candidato na vida política²³. Ou seja, parece que o capital político amealhado pelo indivíduo é mais decisivo para que ele seja eleito do que o seu sexo ou a sua atividade profissional anterior à entrada na política.

Vejamos agora quais as características dos não-eleitos (e não dos candidatos como um todo) e eleitos no que diz respeito ao gasto com a campanha e ao tamanho do patrimônio. As correlações entre as duas variáveis e as condições de eleito e não-eleito são altamente significativas²⁴. É o que mostra a tabela cinco.

Tabela 5

Gastos de campanha e tamanho do patrimônio por resultado da eleição para deputado federal em 2006

GASTOS*	Eleitos (%)	Não eleitos (%)	PATRIMÔNIO	Eleitos (%)	Não eleitos (%)
Nenhum	0	0,1	Nenhum	5,5	34,2
Baixíssimo	0	0,8	Baixíssimo	1,2	4,5
Baixo	0	6,9	Baixo	6,6	24,4
Médio baixo	0,2	3,4	Médio baixo	10,1	11,1
Médio	9,6	21,8	Médio	22,6	13,1
Médio alto	28,7	28,4	Médio alto	22,2	6,3
Alto	61,5	38,6	Alto	29	6
Muito alto	0	0	Muito alto	1,9	0,2
Altíssimo	0	0	Altíssimo	0,8	0,1
TOTAL	100	100	TOTAL	100	100

FONTE: NUSP-UFPR e TSE

* Foram desconsiderados, nos percentuais de gastos dos candidatos e dos eleitos, os valores referentes a dois indivíduos (um em cada grupo) cujas informações sobre esta variável não foram divulgadas.

A tabela 5 sugere que as chances de se fazer parte do universo dos eleitos aumenta significativamente à medida que se aumenta os gastos de campanha e o tamanho do patrimônio do candidato. Quanto a este ponto, vale a pena comparar a tabela 5 com a tabela 2, em que esses mesmos dados são apresentados para o universo dos candidatos. No que diz respeito aos candidatos, a maioria dos indivíduos se encontra, assim como entre os eleitos, entre os que tiveram um gasto médio, médio-alto ou alto em suas campanhas. No entanto, entre os candidatos, os que declararam um alto gasto representam apenas 41% do total, enquanto entre os eleitos, esse grupo sobe para 61,5%²⁵. No que diz respeito ao patrimônio, a situação repete-se: entre os candidatos e os não-eleitos, a maioria dos indivíduos encontra-se na faixa do baixo ou nenhum patrimônio (57,8% e 63,1%, respectivamente), enquanto entre os eleitos a maioria se encontra na faixa do médio, médio-alto e alto patrimônio, compondo 73,8% do total desse universo.

Como vimos, quando cruzamos o resultado da eleição (eleito ou não eleito) com todas as variáveis analisadas acima isoladamente (sexo, idade, escolaridade, ocupação, gastos de campanha e patrimônio) obtivemos sempre resultados estatisticamente significativos. No entanto, algo muda quando realizamos uma regressão logística

binária²⁶. Os resultados obtidos pelo modelo de regressão proposto podem ser visto na tabela 6 abaixo.

Tabela 6
Impacto das variáveis preditoras sobre as
chances de ser eleito deputado federal em 2006

Variáveis	Odds Ratio
Político profissional	8,962*
Homem	**
Idade	**
Escolaridade alta	2,765*
Gasto elevado de campanha	2,601*
Patrimônio elevado	4,373*
N	4940

*p=0.00/**p>0.05

Como se percebe pelas informações acima, apesar de apresentarem resultados significativos quando cruzadas isoladamente com o resultado da eleição, no modelo de regressão sexo e idade não produziram efeito estatisticamente significativo sobre as chances de um candidato ser eleito. Ao contrário, ser político profissional, ter alta escolaridade, realizar altos gastos de campanha e possuir um alto patrimônio afetam positivamente as chances de ser eleito. No conjunto dessas variáveis, entretanto, a mais importante delas é ser político profissional, que aumentou em quase nove vezes a chance de um candidato ser eleito deputado federal em 2006. Ainda que os dados acima não nos permitam afirmar, seria lícito supor que os políticos profissionais, pelo capital político que controlam e pelo forte apelo eleitoral que possuem, são aqueles que, ao mesmo tempo, têm as maiores chances de obter financiamento e, assim, gastar muito dinheiro em suas campanhas políticas. Realizar altos gastos durante as campanhas eleitorais, por sua vez, aumentou em mais de duas vezes a chance de ser eleito.

Resumindo, o filtro sociopolítico nas eleições para deputado federal em 2006 (comparando-se apenas o universo dos candidatos com o dos eleitos) funcionou da seguinte maneira: diferentemente dos cruzamentos realizados com as variáveis isoladas,

os resultados do modelo de regressão revelam que ser homem e ter idade acima de 50 anos de idade não afeta significativamente a condição de eleito. Ao contrário, ter alta escolaridade, alta capacidade de financiar a campanha eleitoral, alto patrimônio e, sobretudo, possuir experiência política prévia certamente aumentaram as chances de um indivíduo obter sucesso nas eleições para deputado federal em 2006. No lado oposto do processo seletivo, isto é, com mais chances de serem excluídos, estão a maior parte daqueles que não se reconheceram como políticos, com baixa nível de escolaridade, baixa capacidade de financiar suas campanhas eleitorais e baixo patrimônio.

Os candidatos, os eleitos e os partidos

A partir de agora pretendemos saber como as variáveis analisadas acima se distribuem para cada um dos grupos (candidatos e eleitos) entre os partidos de direita, de centro e de esquerda. À medida que a exposição dos nossos argumentos for avançando, faremos algumas observações mais aprofundadas sobre partidos paradigmáticos das três posições do espectro ideológico.

Valendo-nos dos critérios utilizados pela literatura (e do senso comum político-ideológico), fizemos a seguinte agregação: partidos de direita – PRB, PP, PTB, PSL, PTN, PSC, PL, PFL, PSDC, PRP, PRONA, PT do B; partidos de centro – PMDB e PSDB; partidos de esquerda – PDT, PT, PSTU, PCB, PPS, PCO, PSB, PV, PSOL, PC do B. Por falta de informação, alguns partidos foram classificados como “indefinidos”, sendo este o caso do PAN, PRTB, PHS, PMN e PTC²⁷.

Alguns autores utilizam uma classificação mais detalhada, incluindo outras categorias como centro-esquerda, centro-direita, extrema esquerda e extrema direita. Acreditamos que essa classificação mostra-se mais útil quando se trata de captar a posição ideológica auto-declarada de alguns indivíduos, já que permite ao entrevistador apresentar a questão do modo mais flexível ao respondente, evitando, assim, uma rejeição à pergunta. No entanto, cremos que o uso de todas essas categorias (o que levaria a um espectro ideológico de sete posições) para fazer uma distribuição ideológica dos partidos políticos no Brasil seria de pouca utilidade. Na verdade, quanto mais diversificadas forem essas categorias, mais precisa deve ser a distribuição dos partidos no espectro ideológico. No entanto, por mais que a literatura tenha apontado para a existência de certa coerência ideológica nos nossos partidos (Figueiredo e Limongi,

2001; Rodrigues, 2002; Santos, 2001), acreditamos que seria um exagero atribuir ao sistema partidário brasileiro tamanha definição em relação a este ponto.

Os partidos e seus candidatos

Quando cruzamos as variáveis analisadas no item anterior com o espectro ideológico dos partidos, todos os cruzamentos se mostraram estatisticamente significativos²⁸. Com relação ao sexo, ainda que as diferenças sejam pequenas, percebe-se que os partidos de esquerda e de centro têm mais candidatas do que os partidos de direita: 13,5%, 13,1% e 10,7%, respectivamente.

Com relação à idade, percebemos que em todas as posições do espectro ideológico a maioria dos candidatos encontra-se na faixa de idade que vai dos 40 aos 49 anos. No entanto, observamos que os candidatos mais idosos (acima de 60 anos) tendem a se concentrar em partidos de direita e de centro, sendo o PMDB, o PTB, o PFL e o PP paradigmáticos neste aspecto; o PSDB e o PMDB conjugam indivíduos na faixa dos 40 aos 49 anos com candidatos acima dos 50; o PT é um partido com a maioria dos seus candidatos situados na faixa de idade entre 40 e 49 anos. Os partidos de esquerda e de direita são os que têm mais candidatos nas faixas de idade mais baixas. O PSTU, o PCO e o PCB têm os mais altos percentuais entre os mais jovens (20 a 29 anos). No PSOL, no PRONA e no PRP, a maioria dos candidatos situa-se abaixo da faixa dos 40 aos 49 anos, com altos percentuais de candidatos entre os 30 e 39 anos.

No que diz respeito às ocupações, os dados parecem acompanhar conclusões de Leôncio Rodrigues, para quem os partidos brasileiros – ao menos os principais – possuem uma composição social razoavelmente padronizada (ver tabela em anexo).

Os partidos de direita têm os maiores percentuais de advogados, comerciantes e trabalhadores da área de comunicação; os partidos de centro, os maiores percentuais de empresários, políticos profissionais, engenheiros, economistas e outras profissões com formação superior; os partidos de esquerda, por sua vez, têm os maiores percentuais entre os bancários e economiários, professores de ensino superior, trabalhadores assalariados urbanos, médicos, funcionários públicos e trabalhadores da educação. No entanto, os dados indicam que nenhuma posição no espectro ideológico revela uma marca social inequívoca. O que encontramos, quando analisamos os partidos de forma agregada, são tendências a uma posição social mais elevada nos partidos de direita e de centro e uma tendência a posições sociais médias e baixas nos partidos de esquerda.

O retrato adquire uma resolução um pouco maior quando analisamos alguns partidos separadamente. Por exemplo, no PFL, no PP e no PL encontramos os maiores percentuais de empresários (7%, 11,9%, 9%, respectivamente) e profissionais liberais, notadamente médicos e engenheiros (9,6%, 12%, 6,2%). À esquerda o quadro muda substancialmente. No PT, PSTU e PSOL temos os mais altos percentuais de candidatos funcionários públicos (8%, 33,3%, 25,9%). A discrepância nesses percentuais explica-se, sem dúvida, pelo afastamento do PT em relação ao funcionalismo público depois de ter assumido o governo e promovido uma série de reformas que desagradaram a categoria que historicamente apoiou o partido. Os três partidos contam também com uma presença significativa de trabalhadores da educação: 8,9%, 25,9% e 6,3%. Por fim, os partidos de centro, PMDB e PSDB, contam com percentual alto de candidatos empresários (11,5% e 8,7%), médicos e engenheiros (6,7% e 8,7%).

Duas categorias ocupacionais fornecem dados interessantes. Primeiramente, os advogados estão significativamente presentes nos principais partidos, com percentuais que variam de 8,6% no PTB a 14,3% no PPS. O que impressiona em relação a esses dados é que são poucas as profissões que atingem percentuais tão altos dentro dos partidos. Os advogados, portanto, continuam sendo um dos mais importantes viveiros para a profissão de político, como lembra Dogan (1999). Em segundo lugar, exceto nos casos do PDT, PSC, PPS e PV, em todos os outros partidos os políticos constituem a categoria ocupacional com o maior percentual. Os três maiores são: o PMDB, com 23,5% dos seus candidatos declarando-se políticos; o PFL, com 23,3%, e o PT, com 22,9%. Desse modo, os políticos compõem não só a maioria do universo dos candidatos em todos os partidos, mas também, de longe, conquistam a maioria das vagas entre os eleitos (ver tabela 4). Desse modo, por mais que os partidos tenham aberto a sua lista à participação de indivíduos oriundos das mais diversas profissões (ainda que predominantemente dos estratos médios da sociedade), os dados de 2006 apontam para um domínio acentuado por parte daqueles que são os profissionais do campo. Lembre-se que isso ocorre mesmo com o fim da “candidatura nata” para ocupantes de cargos eletivos, decidido pelo Supremo Tribunal Federal em 2002.

Por fim, se pudéssemos resumir numa única sentença a relação dos partidos com a escolaridade, o gasto nas campanhas e o patrimônio dos candidatos, diríamos o seguinte: as três posições ideológicas têm a maioria dos seus candidatos entre os que possuem título superior, mas os partidos de centro e de esquerda apresentam um

percentual significativamente maior de candidatos nessa faixa de escolaridade, 67,2% e 56,7%, respectivamente, contra apenas 48,4% nos partidos de direita; a maioria dos candidatos de todas as posições ideológicas realizaram altos gastos de campanha, mas isso é mais significativo nos partidos de direita e de centro (42,3% e 69,5%, respectivamente) do que nos partidos de esquerda (apenas 36,5%); por fim, com relação ao patrimônio, os partidos de direita e de esquerda apresentam candidatos que, na sua maioria, não possuem nenhum patrimônio (34,9% e 27,3%), enquanto os partidos de centro têm a maioria de seus candidatos com médio patrimônio (19,1%). No entanto, são os partidos de centro e de direita que possuem em maior quantidade candidatos com alto patrimônio (16,3% e 9,9%, respectivamente), contra apenas 5,9% dos partidos de esquerda. Enfim, partidos de esquerda e de centro tendem a ter candidatos com nível mais alto de escolaridade e partidos de centro e de direita tendem a ter candidatos que gastam mais nas suas campanhas e com alto patrimônio.

Os partidos e os eleitos

É preciso saber agora quais são os grupos de candidatos que têm a sua representação mantida, aumentada ou diminuída entre os eleitos dos partidos de direita, centro e esquerda. Vale dizer inicialmente que, diferentemente do que ocorreu com os candidatos, o cruzamento entre as características dos eleitos e o espectro ideológico dos partidos produziu apenas três resultados estatisticamente significativos: para idade, patrimônio e gastos com campanha²⁹. Sexo, escolaridade e profissão, apesar de alguns dados muito interessantes, como veremos adiante, não produziram o mesmo resultado.

É compreensível que não haja correlação entre, de um lado, sexo, escolaridade e profissão e, de outro, a posição ideológica dos partidos. Quando olhamos os dados para sexo, percebemos que em todas as posições no espectro os eleitos são esmagadoramente homens. Mais do que isso, percebemos que em todas as posições o número de eleitas diminui em relação ao número de mulheres que se lançaram como candidatas. Entre os partidos de direita, 10,7% eram candidatas e apenas 6,1% dos eleitos eram mulheres; nos partidos de centro os números são, respectivamente, 13,1% e 7,7%; para os partidos de esquerda, 13,5% de candidatas e 11,6% de mulheres eleitas. Apesar das semelhanças, percebe-se que é entre os partidos de esquerda que a sub-representação feminina é menor, sendo a diferença entre o universo de candidatas e de eleitas de apenas 1,9 pontos

percentuais. Entre os partidos de direita e de centro essa diferença é de 4,6 e 5,4 pontos percentuais, respectivamente.

Os dados sobre escolaridade revelam que o grupo dos que possuem ensino superior completo é largamente sobre-representado em todas as posições do espectro ideológico. Como vimos, entre os partidos de direita, 48,4% dos candidatos tinham ensino superior completo, sendo que entre os eleitos esse percentual sobe para 78,7%; para os partidos de centro os percentuais são 67,2% e 85,2% e, para os partidos de esquerda, 56,7% e 78,6%, respectivamente. Enquanto no universo dos candidatos há um desnível significativo entre os percentuais de indivíduos com curso superior, entre os eleitos os números quase se igualam, havendo apenas uma diferença de aproximadamente 6,6 pontos percentuais entre os partidos de direita e esquerda, de um lado, e os partidos de centro, de outro.

Por fim, em relação à ocupação de candidatos e eleitos nas diversas posições ideológicas, ainda que os resultados não tenham sido estatisticamente significativos, os dados revelam aspectos interessantes acerca da representação dos grupos sociais nos dois universos, como revela a Tabela 6.

Tabela 7

Ocupação de candidatos e eleitos por espectro ideológico do partido (%)³⁰

Profissões	Direita ▲		Centro		Esquerda	
	Candidatos (%)	Eleitos (%)	Candidatos (%)	Eleitos (%)	Candidatos (%)	Eleitos (%)
Advogado	9,4	6,7	11,4	9,0	11,3	10,4
Bancário\Economiário	0,3	0,6	0,2	0,0	1,5	1,7
Comerciante	7,5	1,8	3,4	1,3	4,3	1,2
Empresário	8,5	7,3	10,2	7,1	6,1	3,5
Engenheiro	2,4	7,3	3,2	6,5	1,8	0,6
Médico	3,9	6,7	4,5	5,2	5,0	11,6
Prof. Ensino Superior	1,0	1,8	2,2	1,3	2,7	2,3
Economia\Administração	2,9	3,7	4,0	3,9	2,3	2,9
Funcionários Públicos	7,7	1,2	5,9	2,6	9,4	1,7
Político	11,3	47,6	20,2	51,0	9,9	44,5
Produtor Agropecuário	0,9	2,4	1,2	0,6	0,9	2,3
Assalariados Urbanos	7,4	0,6	5,5	1,3	9,1	3,5
Trabalhadores de Comunicação	2,8	2,4	2,2	0,6	1,8	1,2
Trabalhadores da Educação	2,4	0,6	2,9	0,6	6,0	2,9

Formatado: Fonte: 10 pt, Negrito

FONTE: NUSP-UFPR e TSE

Começemos pelas uniformidades. Observando a tabela cima, percebemos que há grupos representados, sub-representados e sobre-representados nas três posições ideológicas. O primeiro deles é constituído pelos advogados, que, como vimos desde o início deste artigo, têm sua presença monotonamente repetida em todos os universos analisados. O mesmo ocorre com os profissionais de economia e administração. Desse modo, advogados e economistas parecem ser profissionais necessários a qualquer partido, independente de sua posição no espectro ideológico. Entre as categorias ocupacionais sub-representadas em todas as posições ideológicas estão os comerciantes, os funcionários públicos e os assalariados urbanos. Entre os sobre-representados em todas as posições ideológicas, encontramos apenas uma categoria: a dos políticos profissionais. Vimos, portanto, que os políticos não representam apenas um alto percentual entre os candidatos, mas representam também um alto percentual entre os eleitos em qualquer que seja a posição ideológica analisada. Esses dados, ainda que válidos apenas para 2006, reforçam a tese de que tem ocorrido uma crescente profissionalização da política, o que faz com que os políticos de profissão tenham grandes vantagens na luta por um cargo. Entre elas, talvez a principal, como lembra Mosca, seja o apoio preferencial das minorias organizadas que controlam os partidos políticos, das quais, aliás, provavelmente façam parte³¹.

Se observarmos as especificidades, perceberemos o seguinte: na esquerda, estão representados os bancários\economiários e os professores de ensino superior; na direita estão representados os empresários (que estão sub-representados nas outras duas posições do espectro ideológico); os engenheiros encontram-se sobre-representados nos partidos de direita e de centro e representados nos partidos de esquerda; os médicos, sobre-representados na direita e na esquerda, assim como os produtores agropecuários³². Nos partidos de centro, os médicos estão entre os eleitos quase na mesma quantidade em que se encontram entre os candidatos. Os trabalhadores de comunicação estão representados nos partidos de direita.

Vejamos a seguir a relação entre eleitos e posições no espectro ideológico para as variáveis que se mostraram estatisticamente significativas.

Em relação à idade, os resultados indicam a ocorrência de um certo “envelhecimento” após as eleições. A maioria dos candidatos, como vimos, encontrava-se na faixa entre 40 e 49 anos. Entre os eleitos, porém, predominam, em todas as posições ideológicas, indivíduos na faixa dos 50 a 59 anos. Apesar dessa mudança,

permanece a maior representação dos mais jovens entre os partidos de direita e de esquerda e a maior representação dos mais idosos entre os partidos de centro e de direita. Os partidos de direita, de esquerda e de centro possuíam 4%, 4,6% e 2,6%, respectivamente, dos seus candidatos na faixa de idade entre 20 e 29 anos. Entre os eleitos, esses percentuais mudam para 3%, 4% e 0,6%. Os mais idosos (acima de 60 anos) representavam 14,6% dos candidatos nos partidos de direita, 10,8% nos partidos de esquerda e 21,7% nos partidos de centro. Após as eleições, esses percentuais mudaram para 27,4%, 14,5% e 29%, respectivamente.

Em relação ao gasto de campanha e ao patrimônio de candidatos e eleitos, vejamos as tabelas 7 e 8 a seguir.

Tabela 8

Gasto de campanha de candidatos e eleitos por posição ideológica (%)

Gastos de campanha	Direita		Centro		Esquerda	
	Candidatos (%)	Eleitos (%)	Candidatos (%)	Eleitos (%)	Candidatos (%)	Eleitos (%)
Baixíssimo	0,5	0,0	0,3	0,0	1,1	0,0
Baixo	2,5	0,0	1,2	0,0	10,8	0,0
Médio Baixo	3,1	0,0	1,5	0,6	2,9	0,0
Médio	24,6	6,7	6,5	3,2	17,9	16,8
Médio alto	26,7	25,0	21,0	21,3	30,8	36,4
Alto	42,3	68,3	69,5	74,8	36,4	46,2

FONTE: NUSP-UFPR e TSE

* A soma dos percentuais é inferior a 100% porque nem todos os candidatos informaram seus gastos de campanha no sítio do TSE (2 missings) e porque não incluímos aqui os dados referentes aos outros níveis de gastos.

O que se percebe de imediato é que quase nenhum candidato que teve um gasto inferior à categoria “médio-baixo” conseguiu se eleger, assim como nenhum que tenha feito gastos muito altos ou altíssimos (e por essa razão não aparecem na tabela acima). A diferença óbvia é que, como vimos, a quantidade de candidatos que não fizeram qualquer gasto ou gastaram muito pouco era muito maior do que a quantidade dos que fizeram gastos muito altos ou altíssimos. Além disso, salto aos olhos que o percentual de eleitos que fizeram gastos altos de campanha é muito maior do que os demais em todas as posições ideológicas. Isso indica que, no Brasil, gastar muito é uma necessidade para se eleger, seja qual for a coloração ideológica do candidato (Samuels, 2004).

Entre os que fizeram gastos na faixa “médio-baixo”, somente um número insignificante conseguiu se eleger por partidos de centro. Os que se elegeram com gastos médios encontram-se claramente sub-representados nos partidos de direita, um pouco sub-representados nos partidos de centro e representados nos partidos de esquerda. O grupo de candidatos que se faz presente em proporções quase idênticas nas três posições ideológicas, como se pode perceber, é formado por aqueles que fizeram gastos “médio-altos”. A maior sobre-representação se faz entre os que realizaram altos gastos de campanha nos partidos de direita. Nesse caso, a diferença entre candidatos e eleitos atinge uma diferença de 26 pontos percentuais, enquanto nos partidos de esquerda e de centro essa mesma diferença é de apenas 9,8 e 5,3 pontos percentuais, respectivamente. Portanto, se, por um lado, é verdade que gastar muito é uma condição que facilita a eleição do candidato de qualquer posição ideológica, por outro, essa relação acentua-se significativamente nos partidos de direita.

Tabela 9

Patrimônio de candidatos e eleitos por posição ideológica (%)

Patrimônio	Direita		Centro		Esquerda	
	Candidatos (%)	Eleitos (%)	Candidatos (%)	Eleitos (%)	Candidatos (%)	Eleitos (%)
Nenhum	34,9	4,3	18,6	6,5	27,3	6,4
Baixíssimo	3,7	1,2	1,7	1,3	5,3	1,2
Baixo	21,3	3,7	17,9	4,5	25,5	11,0
Médio baixo	9,1	6,1	8,3	3,9	13,8	20,2
Médio	13,0	17,7	19,1	18,1	14,6	28,9
Médio alto	7,2	17,7	16,5	29,7	7,2	19,1
Alto	9,9	43,9	16,4	32,9	5,9	13,3
Muito alto	0,6	4,9	0,8	1,3	0,3	0,0
Altíssimo	0,2	0,6	0,8	1,9	0,1	0,0

FONTE: NUSP e TSE

Os dados sobre patrimônio seguem a mesma direção dos dados referentes aos gastos com campanha, isto é, indicam que nos partidos de direita se concentram os candidatos mais capazes de financiar as suas campanhas e também os mais ricos, o que, aliás, condiz com os dados apresentados por Fernando Rodrigues sobre as eleições de 1998 e 2002 (Rodrigues, 2006, p. 52, 106 e 108). Nesse sentido, fica evidente a sub-representação, entre os eleitos, dos candidatos com nenhum, baixíssimo ou baixo

patrimônio em todas as posições ideológicas, embora seja verdade que essa diferença seja menor no centro e na esquerda do que nos partidos de direita.

O estrato médio-baixo está sobre-representado apenas na esquerda. O extrato médio está sobre-representado na direita e, muito mais, na esquerda. Os estratos médio-alto e alto estão sobre-representados em todas as posições ideológicas. No entanto, a maior diferença entre candidatos e eleitos encontra-se no estrato alto entre os partidos de direita, atingindo 33 pontos percentuais. Entre os partidos de esquerda, por sua vez, encontramos a menor diferença entre candidatos e eleitos (7,4 pontos percentuais), também no estrato alto. Ou seja, os dados sugerem que, se é verdade que ter um patrimônio médio-alto ou alto aumentaria as chances de um candidato se eleger, seja qual for a posição ideológica de seu partido, não é menos verdade que essas chances aumentariam ainda mais nos partidos de direita. Por fim, vale observar que os estratos “muito alto” e “altíssimo” estão sobre-representados nos partidos de direita e, com menor intensidade, nos partidos de centro. Nos partidos de esquerda não há eleitos em nenhum dos dois estratos.

Assim como fizemos anteriormente, resolvemos aplicar um modelo de regressão com as mesmas variáveis preditoras a fim de avaliar o seu impacto sobre a chance de ser eleito em cada uma das posições ideológicas. Os resultados podem ser vistos na tabela 10 abaixo.

Tabela 10

Impacto das variáveis preditoras sobre as chances de ser eleito deputado federal em 2006, por posição ideológica

Variáveis preditoras	Partidos de direita	Partidos de centro	Partidos de esquerda
Político profissional	5,892*	7,044*	11,268*
Sexo	**	**	**
Alta escolaridade	2,535*	2,814*	2,539*
Gastos altos	3,294*	3,289*	1,887*
Patrimônio alto	6,787*	3,862*	2,564*
Idade	**	**	**
N	1686	649	1993

*p=0.00/**p>0.05

O resultado obtido pelo modelo de regressão apresenta similaridades e diferenças muito interessantes entre os partidos das diversas posições ideológicas. Assim como ocorreu no universo dos candidatos como um todo, nos partidos de todas as posições

ideológicas sexo e idade não afetaram significativamente a chance de um candidato a deputado federal em 2006 ser eleito. Em todos eles também ter alta escolaridade aumentou em mais de duas vezes e meia a chance de ser eleito. Esse achado, como já dissemos várias vezes, reforça a tese de que um alto nível de escolaridade é requisito universal para se fazer parte da elite política, seja qual for a orientação ideológica do partido.

No entanto, as diferenças reveladas pelo modelo de regressão são mais interessantes. Nos partidos de esquerda, ser político profissional aumenta as chances de um indivíduo ser eleito muito mais vezes (acima de 11) do que nos partidos de centro (sete vezes) e nos partidos de direita (quase seis vezes). Tão impressionante quanto os dados acerca do impacto da condição de político profissional são os números referentes ao peso do patrimônio nas chances de ser eleito. Nos partidos de esquerda, ter um patrimônio elevado aumenta as chances de sucesso em apenas duas vezes e meia, enquanto nos partidos de centro esse aumento é de quase quatro vezes e nos partidos de direita tais chances aumentam em quase sete vezes. Por fim, gastos elevados na campanha são mais importantes nos partidos de direita e de centro, nos quais aumentam em mais de três vezes a chance de um candidato ser eleito, do que nos partidos de esquerda, cujos candidatos com gastos altos não chegam a dobrar as suas chances de sucesso eleitoral.

Esses números *sugerem* (já que os testes quantitativos não são suficientes para afirmar isso) ser verdadeira a tese sobejamente divulgada pela literatura, segundo a qual, nos partidos fracamente institucionalizados (em geral, mas não apenas e nem sempre, os partidos burgueses ou de quadros), os adeptos dependeriam muito menos dos incentivos fornecidos pela organização por possuírem eles próprios recursos materiais suficientes para financiar a sua carreira política. Esse fato os dispensaria de uma dedicação integral ao partido. Ao contrário, nos partidos fortemente institucionalizados (em geral, mas não apenas e nem sempre, os partidos de massas e populares), a predominância de indivíduos de origem social baixa faria com que seus membros fossem muito mais dependentes dos incentivos fornecidos pela organização para que pudessem seguir uma carreira política. O acesso a esses recursos exigiria, portanto, a profissionalização da atividade política e a dedicação integral ao partido (Panebianco, 2005, p. 61-64 e Duverger, 1987, p. 99-103). Daí que, na esquerda (onde, em geral, se encontram os partidos de massas e fortemente institucionalizados), ser político profissional tenderia a ser mais importante para garantir

a eleição do que ter um patrimônio alto, ocorrendo o contrário nos partidos de direita (onde, em geral, se encontram os partidos de quadros e fracamente institucionalizados). Saber em que medida as razões acima de fato se aplicam ao caso brasileiro é algo que demanda outro tipo de pesquisa.

Conclusão

Como operaram então os filtros sócio-políticos entre os partidos das diferentes posições ideológicas? Se olharmos os dados de forma pouco atenta, poderíamos concluir que não há diferenças significativas entre os partidos de direita, de centro e de esquerda. Em todas as posições ideológicas predominam entre os eleitos homens de meia idade (50 a 59 anos), com experiência política prévia, com alta escolaridade, capazes de realizar altos gastos de campanha e com patrimônios acima da faixa média. Tal uniformidade, como vimos, repete-se no universo dos candidatos. Esses fatos poderiam sugerir duas conclusões: ou os processos seletivos que ocorrem no interior dos diferentes partidos são idênticos e, por isso, produzem o mesmo resultado (o que seria pouco plausível) ou esses processos, diferentes entre si, não servem para explicar a uniformidade dos atributos dos candidatos e dos eleitos.

Apesar dessas uniformidades, entretanto, há nuances importantes. Os partidos de direita excluem mais mulheres que os partidos de esquerda; os partidos de direita e de centro tendem a ter mais idosos, enquanto os de esquerda, mais jovens; os indivíduos oriundos dos estratos mais baixos de escolaridade estão mais representados nos partidos de esquerda, assim como os que gastam menos para se eleger e possuem patrimônio mais baixo. Do ponto de vista das ocupações, os partidos de direita e de centro concentram mais empresários e profissionais liberais e os partidos de esquerda, mais funcionários públicos e trabalhadores na educação.

Vê-se, portanto, que, ao menos no que diz respeito às variáveis aqui analisadas, faz alguma diferença, quanto às chances de ser eleito, lançar-se por um partido de direita, de centro ou de esquerda, diferença que, talvez, se manifeste, em alguma medida, nas opções políticas dos seus representantes. Tais nuances nos atributos de candidatos e eleitos das diferentes posições ideológicas, como sugere Katz (2001, p. 278), podem ser o sinal de alguma especificidade sociológica dos partidos políticos em questão ou mesmo dos processos seletivos que ocorrem no seu interior.

Apesar dessas nuances, porém, a baixa representatividade social do universo dos eleitos e, em especial, o predomínio esmagador de homens com experiência política prévia, parecem confirmar, no início do século XXI, as observações feitas por Mosca, no final do século XIX. O campo político, sob o impacto da crescente complexidade social e do sufrágio universal, tende a ser, cada vez mais, um espaço reservado aos indivíduos oriundos das classes médias que, para se elegerem seguidamente, têm que fazer da política uma atividade profissional de tempo integral. Nesse processo, o acúmulo de capital político (objetivado no controle da máquina partidária, no acesso a cargos, na rede de relações políticas e na “força eleitoral”) torna esses profissionais capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política. Esse fato, se pudesse ser generalizado para as eleições anteriores e se for aprofundado no futuro, colocaria evidentes problemas para a democracia representativa brasileira, que poderia tornar-se cada vez menos democrática (i.e, cada vez mais fechada aos outros estratos da população) e cada vez menos representativa (i.e, dominada por políticos preocupados quase que exclusivamente com sua reeleição)³³.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. (2005), “Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002”. 5º Encontro da ABCP, UFMG, Belo Horizonte.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda (2007), “Formação de elites e seleção de candidaturas: o ‘jardim secreto’ da elaboração das listas partidárias”. XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais.

ARAÚJO, Clara. (2001), “Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.” *Estudos Feministas*, v. 9, nº 1, pp. 231-252.

BACHRACH, Peter and BARATZ, Morton S. (1969), “Two faces of power”. In BELL, R., EDWARDS, David V. e WAGNER, Harrison R. *Political Power: A Reader in Theory and Research*. New York, The Free Press.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2006), “Recrutamento partidário e representação: seleção de candidatos à Câmara dos Deputados do Brasil”. *Paper* apresentado no III Congresso Latino-americano de Ciência Política, Unicamp.

BRAGA, Sérgio. (1998), *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

BRAGA, Sérgio. (2007), “Prosopografia a partir da *Web*: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet”. XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Minas Gerais.

BIRNBAUM, Pierre. *Lês sommets de l'État. Essai sur l'élite du pouvoir em France*. Paris, Éditions du Seuil, 1994.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, Maio 2006, vol.12, nº. 1, pp.136-163.

CAYROL, Roland and PERRINEAU, Pascal. (1982), “Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France”. In M. M. Czudnowsky (ed.) *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 90-124.

CHARLE, Christophe. *Les elites de la Republique (1880-1900)*. Paris, Fayard, 1987.

CORADINI, Odaci Luiz. (2001), *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento da elite política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

DAALDER, Hans and BERG, Joop Th. J. van. (1982), “Members of the Dutch Lower: Pluralism and Democratization.” In: M. M. Czudnowski (ed.), *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 55-66.

DOGAN, Mattei. (1999), “Les professions propices à la carrière politique. Osmose, filières et viviers.” In: OFFERLÉ, Michel (org.). *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, pp. 171-199.

FERNÁNDEZ, Julio A. (1970), *The Political Elite in Argentina*. New York, New York University Press.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub e LIMONGI, Fernando. (2001), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FGV/FAPESP.

FLEISCHER, David Verge. (1981), “O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967.” *Revista de Ciência Política*, vol. 24, nº 1, pp. 49-75.

GALLAGHER, Michael e MARSH, Michael. (1988). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. London, Sage.

GIDDENS, Anthony. (1974), "Preface e Elites in the British class structure." In STANWORTH, Philip and GIDDENS, Anthony (eds.), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. ix-xiii e 01-21.

GUTTSMAN, Willian L. "The British Political Elite and the Class Structure." In Stanworth and Giddens (eds.), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 22-44.

GUTTSMAN, Willian L. (1965), *The British Political Elite*. London, MacGibbon & Kee.

HOPKIN, Jonathan. (2001) "Bringing The Members Back In? Democratizing Candidate Selection in Britain and Spain". *Party Politics*, vol. 7, nº 3, pp. 343-361.

HTUN, Mala. (2001) "A política de cotas na América Latina." *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 9, nº 1, pp. 225-230.

HUNT, Lynn. (2007), *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*". São Paulo, Companhia das Letras.

KATZ, Richard S. "The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy". *Party Politics*, Vol. 7, nº. 3, pp. 277-296.

KINZO, Maria D'Alva. (2002) "Bases sociais do recrutamento político no sistema partidário brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº. 50, pp.161-162.

LOVE, Joseph L. (1982), *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOVE, Joseph L. and BARICKMAN, Bert J. (1991) "Regional Elites". In CONNIFF, Michael L. and MCCANN, Frank D (eds.), *Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective*, Nebraska, The University of Nebraska Press, pp. 3-22.

MESSENERG, Débora. (2006), "A elite parlamentar brasileira (1989-2004)". 30º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

MICELI, Sérgio. (1991), "Carne e osso da política brasileira". In B. FAUSTO (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro, Difel, pp. 559-596.

MOSCA., Gaetano (1939) *The ruling class. Elementi di scienza politica*. New York, Toronto, London: Mcgraw-Hill.

NORRIS, Pippa (ed.). (1997) *Passages to Power: Legislative Recruitment in advanced democracies*. Cambridge, Cambridge University Press.

OFFERLÉ, Michel. (1999), “Professions et profession politique.” In: OFFERLÉ, Michel (org.). *La profession politique (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, pp. 07-35.

PANEBIANCO, Angelo. (2005), *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes.

PENNINGS, Paul and HAZAN, Reuven Y. (2001), “Democratizing Candidate Selection: Causes and Consequences”. *Party Politics*. Vol. 7, n° 3, pp. 267-275.

POWERS, Robert e XIE, Yu. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. (2000), Academic Press, California.

PUTNAM, Robert D. (1976), *The comparative study of political elites*. New Jersey: Printice-Hall.

RAHAT, Gideon e HAZAN, Reuven Y. “Candidate Selection Methods: An Analytical Framework”. *Party Politics*, Vol. 7, n° 3, pp. 297-322.

RANNEY, Austin. (1965), *Pathways to Parliament. Candidate Selection in Britain*. The University of Wisconsin Press, Madison.

RECCHI, Ettore. (1996), *Fishing from the Same Schools: Parliamentary Recruitment and Consociationalism in the First and Second Italian Republics*. West European Politics, vol. 19, n° 2, pp. 340-359.

RODRIGUES, Fernando. (2006), *Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daquele que exercem o poder*. São Paulo, Publifolha.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002), *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados*. São Paulo: EDUSP.

SAMUELS, David. (2004), “Political Ambition, Legislative Recruitment, and Legislative Politics in Brazil”. Wake Forest University, <http://www.wfu.edu/politics/conference/paper.htm>. Sítio acessado em 14 de outubro de 2007.

SANTOS, André Marengo dos. (1997), “Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: vol. 33, pp. 87-101.

SANTOS, André Marengo dos. (2001), “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, nº 45, pp.69-83.

SANTOS, André Marengo e SERNA, Miguel. (2006) “Do Left and Right have the same Elites Parliamentary Recruitment?”. III Congresso Latinoamericano de Ciência Política, Universidade de Campinas, Brasil.

SANTOS, Fabiano. (2003), *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Editora da UFMG/IUPERJ.

SIAVELIS, Peter M. e MORGENSTERN, Scott. (2004), “Introduction: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin American: A Framework for Analysis”. Wake Forest University, <http://www.wfu.edu/politics/conference/paper.htm>. Sítio acessado em 14 de outubro de 2007.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, co-editor da *Revista de Sociologia e Política* e pesquisador do CNPq. Os autores gostariam de agradecer ao professor Ednaldo Aparecido Ribeiro, da Universidade Estadual de Maringá, pela consultoria estatística.

² Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira.

³ Não é o caso de desenvolvermos, neste artigo, a defesa desse pressuposto. Basta observar por ora que, em geral, a literatura defende a importância explicativa das elites em três dimensões: a) em momentos de inflexão histórica, quando seus membros são chamados a construir novas instituições políticas e sociais; b) em processos decisórios rotineiros, em particular no que diz respeito à definição da agenda política; c) como a manifestação visível de mudanças estruturais profundas na sociedade. Para o primeiro caso, ver Hunt, 2007; para o segundo, Bachrach e Baratz, 1969; para o terceiro, Putnam, 1976. No entanto, como lembra Offerlé, defender a idéia de que o *background* da elite é importante para entender a política não implica necessariamente cair no “sociologismo” ou na “desautonomização da política”. Cf. Offerlé, 1999, p. 34.

⁴ Segundo Siavelis e Morgenstern (2004, pp. 9-10), por exemplo, a natureza do processo de recrutamento e seleção gera tipos de candidatos que, uma vez eleitos, adotam comportamentos que podem afetar significativamente o funcionamento das instituições políticas. Os tipos ideais de candidatos produzidos pelos processos de recrutamento e seleção nos diferentes partidos na América Latina seriam os seguintes: o *party loyalist*, o *constituent servant*, o *group delegate* e o *entrepreneur*. O critério que permite aos autores elaborar essa tipologia refere-se às relações de lealdade que um determinado processo de recrutamento estabelece, que, por sua vez, constrangeriam o comportamento do político uma vez no cargo. Em relação ao Brasil, cf. Samuels, 2004.

⁵ Cf., por exemplo, Fleischer, 1981; Love, 1982; Love e Barickman, 1991; Micelli, 1991; Marengo, 1997; Braga, 1998; Marengo e Serna, 2006; Rodrigues, 2002; Rodrigues, 2006; Santos, 2003; Messenberg, 2006.

⁶ Resumindo, poderíamos identificar no processo de recrutamento das elites políticas democráticas quatro filtros: o primeiro filtro opera, *predominantemente*, por meio de obstáculos sociais à política e pode ser detectado pela comparação entre os atributos da população em geral e os atributos daqueles que se filiam a um determinado partido; o segundo filtro, de natureza tanto social quanto organizacional, poderia ser identificado por meio da comparação entre os atributos dos filiados ao partido e os atributos dos aspirantes (isto é, daqueles que almejam ser candidatos); o terceiro filtro, *predominantemente* organizacional, pode ser identificado comparando-se os atributos dos aspirantes e os atributos do que efetivamente são lançados como candidatos; por fim, o quarto filtro, *predominantemente* político, apareceria por meio da comparação entre atributos dos candidatos e os atributos dos eleitos. A ênfase no advérbio é importante para que evitemos as falsas dicotomias: sociedade ou instituições; ambiente ou organização. Com relação a este último ponto, ver Panebianco, 2005, cap. 1. Trata-se, evidentemente, de

um modelo ideal de análise. A escassez de dados quase sempre inviabiliza o estudo de todas essas etapas. Siavelis e Morgenstern (2004, p. 6-7) estabelecem uma diferença entre recrutamento e seleção. Para eles, “recrutamento” é o modo como candidatos potenciais são atraídos para competir por um cargo político; “seleção” é o processo pelo qual os candidatos são escolhidos a partir do *pool* de candidatos potenciais. Essa distinção é apenas analítica, pois, com muita frequência, processos de recrutamento são, ao mesmo tempo, processos de seleção. Por fim, vale observar que a seqüência de filtros enunciada acima, como se percebe, contempla tanto a dimensão do recrutamento como a da seleção.

⁷ O que, evidentemente, exigiria explicar por que as mulheres não se candidatam aos postos políticos.

⁸ Ver, por exemplo, Guttman, 1965 e 1974; Ranney, 1965; Fernández, 1970; Gallagher e Marsh, 1988; Recchi, 1996; Norris, 1997; Pennings e Hazan, 2001; Hopkin, 2001; Rahat e Hazan, 2001; Katz, 2001; Siavelis e Morgenstern, 2004. De acordo com Pesonen, citado por Gallagher e Marsh (1988, p. 2), “o estágio de indicação [dos candidatos] elimina 99,96% de toda a população elegível. Os eleitores escolhem a partir apenas de 0,04%”. A importância dos partidos para a seleção das elites políticas não deve ser, entretanto, absolutizada. Evidentemente, a seleção começa bem antes, em processos que, aparentemente, nada têm a ver com a política partidária. É o caso, por exemplo, da ausência das mulheres e dos trabalhadores manuais, cuja exclusão da elite política talvez se deva mais à natureza das relações sociais em que tais grupos estão inseridos do que a um filtro político conscientemente operado por seletores partidários. Quanto a este ponto, ver referências ao primeiro filtro na nota 5 acima. Segundo Rahat e Hazan (2001, p. 298), o processo de seleção de candidatos dentro dos partidos é apenas um aspecto de um processo de recrutamento que sofre interferências bem mais amplas, oriundas do contexto social como um todo.

⁹ Cf., por exemplo, Braga, 2006 e Álvares, 2006 e 2007.

¹⁰ Este estudo foi produzido com base num banco de dados elaborado a partir das informações sobre os candidatos às eleições legislativas (deputados estaduais, deputados federais e senadores) de 2006, colocadas à disposição pelo sítio do Tribunal Superior Eleitoral. O banco “Eleições 2006: candidatos ao Poder Legislativo no Brasil” foi elaborado por Angel Miriade, Bruno Bolognesi e Julio Gouvêa, sob coordenação do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, e encontra-se à disposição no sítio do CIS/Anpocs.

¹¹ O avanço do estudo do recrutamento das elites políticas brasileiras passa forçosamente por uma séria discussão acerca da qualidade das fontes colocadas à disposição do pesquisador. No caso específico das fontes utilizadas neste artigo, há problemas sérios com relação ao caráter excessivamente genérico de algumas informações. Por exemplo, vários candidatos se declararam “empresários”, sem que houvesse qualquer qualificação que permitisse ao analista identificar o tamanho do empreendimento. Além disso, os dados sobre patrimônio e gastos de campanha são pouco confiáveis. Outros autores têm chamado a atenção para problemas da mesma natureza. Cf., por exemplo, Rodrigues, 2006, p. 18.

¹² Dois aspectos que contribuem para este resultado devem ser aqui salientados: o primeiro refere-se à própria legislação eleitoral, que define que somente aqueles que possuem mais de 21 anos de idade podem concorrer ao cargo de deputado federal; em segundo lugar, para candidatar-se a esse cargo a experiência prévia é, em geral, requisito de razoável importância, resultando disto candidatos de idade mais elevada.

¹³ As ocupações foram agregadas de acordo com os seguintes critérios: 1) As profissões consideradas tradicionais (como Advogado, Médico, Empresário, Administrador) não foram agregadas a fim de que pudessem ser analisadas isoladamente; 2) Profissões que apresentaram percentuais significativos também não foram agregadas; 3) Profissões que possuíam ramos de atuação em comum (como trabalhadores da saúde, da educação, da comunicação, rurais, profissionais das artes, políticos, etc.) foram agrupadas; 4) evitamos agregar ocupações que, apesar de pertencerem ao mesmo ramo de atividade, descreviam posições sociais muito diferentes, como, por exemplo, produtores agropecuários e trabalhadores rurais.

¹⁴ A agregação dos valores dos patrimônios declarados pelos candidatos foi feita da seguinte maneira: Nenhum Patrimônio (para aqueles que não declararam nenhum valor); Baixíssimo Patrimônio (de um até dez mil reais); Baixo Patrimônio (de dez mil até cem mil reais); Médio-Baixo Patrimônio (de cem mil até duzentos mil reais); Médio Patrimônio (de duzentos mil até quinhentos mil reais); Médio-Alto Patrimônio (de quinhentos mil até um milhão de reais); Alto Patrimônio (de um milhão até dez milhões de reais); Patrimônio Muito Alto (de dez milhões até cinquenta milhões de reais); Altíssimo patrimônio (acima de cinquenta milhões de reais).

¹⁵ Para os gastos em campanha a agregação é a seguinte: Nenhum Gasto (para aqueles que não declaram gastos com a campanha); Baixíssimo Gasto (de um até dez mil reais); Baixo Gasto (de dez até cem mil reais); Médio-Baixo Gasto (de cem mil até duzentos mil reais); Médio Gasto (de duzentos até quinhentos

mil reais); Médio-Alto Gasto (de quinhentos mil até um milhão de reais); Alto Gasto (de um milhão até dez milhões de reais); Muito Alto Gasto (de dez até cinquenta milhões de reais); Altíssimo Gasto (acima de cinquenta milhões de reais).

¹⁶ Com relação a esse ponto, vale observar que 85,9% dos que declararam não possuir nenhum patrimônio tiveram gastos de campanha na faixa média para cima.

¹⁷ O cruzamento entre patrimônio e gastos de campanha resultou numa correlação significativa ($\text{sig} = 0.00$; $p < 0.05$), com coeficiente D de Somers (para duas variáveis ordinais) de 0,19. Esse cruzamento revela que a maioria dos candidatos realizou gastos médios para cima. No entanto, entre os que realizaram gastos baixos predominam os candidatos com baixo patrimônio e entre os que realizaram altos gastos, predominam os candidatos com alto patrimônio. Isso sugere que, na ausência de apoio financeiro externo (partido, ongs, grupos privados etc.), cada um financia a campanha de acordo com as suas próprias possibilidades financeiras, o que explicaria a correlação significativa existente entre ser eleito e ter alto patrimônio, como veremos adiante.

¹⁸ Quanto a este ponto, ver nota 5 acima.

¹⁹ O percentual de eleitas também ficou abaixo do percentual de candidatas nos últimos dois pleitos para a Câmara dos Deputados. Em 1998, tivemos 10,4% de candidatas ($N=353$) e 5,3% de eleitas ($N=27$). Já em 2002, o percentual de mulheres concorrendo foi de 11,3% ($N=491$) e o de deputadas eleitas foi 8,2% ($N=42$). Fonte: sítio TSE.

²⁰ Por essa razão, a correlação entre idade e resultado da eleição (eleito e não-eleito) é altamente significativa.

²¹ O maior exemplo nesse caso é o Partido Trabalhista inglês. Cf. Guttsman, 1965 e Ranney, 1965.

²² Infelizmente, não temos como comparar os dados ocupacionais dos candidatos com os da população economicamente ativa. Entretanto, sabe-se que o número de trabalhadores assalariados urbanos é bem maior do que o número de empresários, políticos, médicos, advogados e engenheiros, para ficar na comparação mais óbvia. Portanto, também em relação às ocupações, o universo de candidatos já representa uma grande seleção socialmente enviesada, se comparado com a população como um todo.

²³ Evidentemente, a própria inserção prévia na política demanda, na maioria dos casos, a posse de certo capital social, cultural e econômico. No entanto, uma vez iniciada a carreira política, o próprio domínio das regras do campo político e o acúmulo de recursos específicos desse campo (o capital eleitoral, os apoios, os contatos, os cargos) parecem ser mais importantes do que os recursos trazidos de fora, o que não equivale a dizer que tais recursos sejam desprovidos de importância. Eles são importantes sobretudo quando podem ser reconvertidos em capital político. Cf., por exemplo, Offerlé, 1999, p. 34, Coradini, 2001 e Charle, 1987. Sobre as vantagens daqueles que já se encontram inseridos na atividade política, ver o excelente estudo de Ranney, 1965, sobre os candidatos trabalhistas, conservadores e liberais ao Parlamento inglês. Ver também as conclusões de Gallagher e Marsh, 1988, p. 248, relativas a nove países, e as considerações de Álvares, 2006 e 2007. Todos esses dados apontam para o lento e inexorável processo de profissionalização e autonomização da política.

²⁴ No cruzamento entre patrimônio e resultado da eleição, a correlação foi significativa com $\text{sig} = 0.00$ (índice de significância $p < 0.05$). Nesse caso, o valor do coeficiente de contingência foi de 0,35. O mesmo ocorreu no cruzamento entre gastos de campanha e resultado da eleição, embora nesse caso o valor do coeficiente de contingência tenha sido menor (0,17).

²⁵ Esses dados reforçam a observação de Samuels, para quem, no Brasil, quanto maiores forem os gastos de campanha, maiores as chances do candidato ser eleito. Segundo este autor, esse dado é parte de um problema mais abrangente, que diz respeito à fraqueza dos partidos políticos no Brasil. Sem capacidade para controlar o processo de formação das listas de candidatos e sem controle sobre o processo de financiamento das campanhas, os fracos partidos brasileiros incentivarão o aparecimento de políticos altamente individualistas, desprovidos de sentimentos de fidelidade partidária. Cf. Samuels, 2004, p. 9-10.

²⁶ A regressão logística é uma ferramenta de análise estatística útil nos casos em que se pretende prever ou explicar a presença ou ausência de determinada característica a partir dos valores de um conjunto de medidas preditoras. Nesse sentido, é similar aos modelos de regressão linear, porém pode ser aplicado nas situações em que a variável dependente é dicotômica. As variáveis independentes ou preditoras podem ser intervalares ou categóricas, sendo que nesse último caso devem ser codificadas como medidas indicadoras ou dummy. Nesse artigo, os coeficientes obtidos com os modelos propostos são usados como estimativas das razões de chance (estimate odds ratios) para cada uma das variáveis independentes introduzidas no modelo. Cf. Powers e Xie, 2000.

-
- ²⁷ A distinção entre esquerda e direita operacionalizada neste artigo segue duas sugestões. Do ponto de vista teórico, adotamos a tese de Norberto Bobbio segundo a qual a esquerda se define, essencialmente, como forças políticas que lutam em prol da igualdade (econômica, social, cultural, de gênero, racial etc.). Do ponto de vista prático, a distribuição dos partidos brasileiros entre as três posições do espectro ideológico segue sugestões encontradas na literatura. Cf. Figueiredo e Limongi, 2001; Rodrigues 2002. A idéia de uma categoria de “indefinidos” foi retirada diretamente de Carreirão, 2006, p. 143. Para uma forma alternativa de distribuir os partidos pelo espectro ideológico, bastante interessante, ver Braga, 2007.
- ²⁸ Para idade, ocupação, escolaridade, gastos de campanha e patrimônio obtivemos sig = 0.00. Os coeficientes de contingência foram 0,12; 0,28; 0,19; 0,31 e 0,26, respectivamente. Para sexo, obtivemos sig = 0.03 e o coeficiente de 0,04.
- ²⁹ O sig. para patrimônio e gastos de campanha foi 0.00; para idade, foi 0.001. O coeficiente de contingência foi de 0,40, 0,30 e 0,28, respectivamente.
- ³⁰ Trabalhamos apenas com as ocupações que apresentaram dados significativos. As demais foram excluídas desta tabela.
- ³¹ Os dados apresentados anteriormente apontam para o predomínio de dois tipos de “categorias ocupacionais”, tanto entre candidatos como entre eleitos de todos os partidos, quais sejam, as “camadas médias” e os “políticos profissionais”. Sendo assim, as eleições para deputado federal de 2006 poderiam ser vistas como um exemplo típico da profissionalização/autonomização da política e da ascensão das camadas médias, frutos da universalização do sufrágio e da crescente complexidade da estrutural social. Quanto a este ponto, ver dois importantes estudos dedicados ao caso francês: Birnbaum, 1994, cap. II e Charle, 1987, cap. I.
- ³² Em relação aos produtores agropecuários, a sua sobre-representação na direita e na esquerda provavelmente se deve ao fato de esta categoria não fazer distinção entre grandes, médios e pequenos proprietários.
- ³³ Risco este que seria ainda maior se forem verdadeiras as conclusões de Samules sobre o caráter altamente individualista dos políticos brasileiros, que, como *entrepreneurs*, estariam mais interessados em agir como representantes de si mesmos do que como representantes dos eleitores, dos partidos ou dos grupos de interesse. Cf. Samules, 2004.